



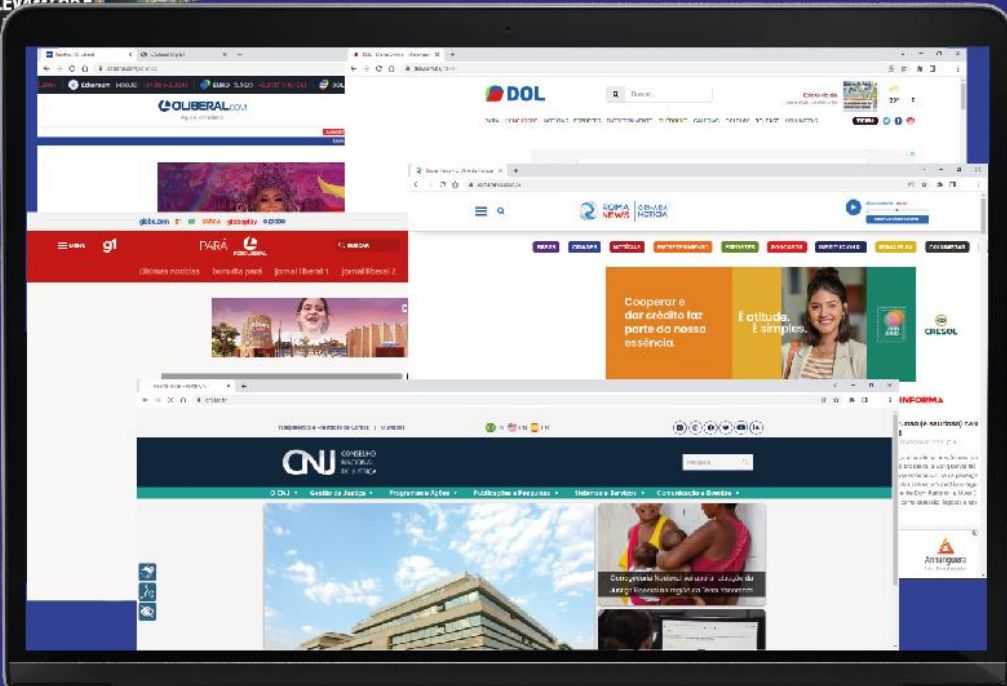
CLIPPING

Quarta-feira
13 de Março
de 2024



SEU BOLSO
SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.



APLICATIVO

Suspeito de estupro é alvo de busca e apreensão

DA REDAÇÃO

Um motorista de aplicativo foi alvo de um mandado de busca e apreensão ontem (12), no bairro do Jurunas, em Belém. Segundo a Polícia Civil, ele teria praticado o crime de estupro de vulnerável em outubro do ano passado, após a vítima, que estava embriagada, dormir dentro do carro. Em virtude de diversas voltas pelo quarteirão, a corrida teve a duração de uma hora, ao invés de vinte minutos, que seria o tempo máximo estipulado. Após a denúncia, a vítima foi encaminhada para exame sexológico.

“O suspeito praticou o crime, em um momento de vulnerabilidade da vítima, depois de buscá-la na saída de um show. O mandado de busca e apreensão foi representado após o homem negar o fornecimento voluntário do próprio material genético, para que fosse

analisado pela equipe pericial”, detalha Walter Resende, delegado-geral da Polícia Civil do Pará.

A ordem judicial foi cumprida pela PC, em parceria com a Polícia Científica. Itens de higiene pessoal foram apreendidos na residência do homem. O material foi enviado para análise da perícia.

“Essa operação demonstra a importância das denúncias no combate ao estupro de vulnerável e serve como um poderoso lembrete de que a denúncia é o primeiro passo vital na busca por justiça e na prevenção de futuros crimes, evidenciando o papel fundamental que cada cidadão desempenha na proteção dos direitos e na segurança de nossa comunidade”, acrescenta a diretora da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Belém, Ana Paula Chaves.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JUDICIÁRIO

Marcus Alan Gomes toma posse no TRE

DA REDAÇÃO

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará, desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, presidiu a sessão que deu posse ao mais novo membro da Corte Eleitoral: o juiz Marcus Alan de Melo Gomes. O magistrado ocupa a vaga deixada pelo juiz Edmar Pereira, que se despediu do TRE na semana passada.

"Tenho certeza que o seu ingresso e conviver será motivo de muita alegria para todos nós", disse o desembargador Leonam Gondim, que presidiu a sessão de forma online, por conta de compromissos em Brasília.

Vice-presidente do TRE do Pará, o desembargador corregedor José Maria Teixeira do Rosário também saudou o novo membro. "Nosso nobre colega é reconhecido internacionalmente por sua atuação acadêmica, sendo autor de vários livros, por isso desejo todo o sucesso nessa nova empreitada", destacou.

O juiz federal José Airtton Portela lembrou que já atuou com o juiz Marcus Alan em trabalhos desenvolvidos com foco na "pro-

paganda eleitoral", no pleito passado. "Sem dúvida, trata-se de um magistrado vocacionado e tecnicamente preparado para atuar nesta Corte", acrescentou.

Na sessão, o magistrado Marcus Alan leu o compromisso regimental e, após a manifestação de todos os membros da Corte, foi feita a leitura do Termo de Posse. O novo juiz do TRE Pará agradeceu o acolhimento recebido.

"Quero deixar registrado a importância que tem o quadro de servidores da Justiça Eleitoral do Pará, com os quais tenho convivido de forma mais próxima nos últimos anos. Essa é uma gente com um DNA

diferente. Para eles, não há mau tempo, nem condição de saúde adversa, porque eles são talhados para resolver problemas e resolvê-los de forma eficiente e que trabalha comprometida com a Justiça Eleitoral", afirmou Marcus Alan.

Ele também saudou estudantes do curso de Direito da Faci, que estavam na plateia da sessão. "Para mim, é um dia de particular alegria, porque além da magistratura, sou professor há mais de 25 anos e quis a vida que está seção da minha posse fosse também o dia da Visita Guiada, organizada pela Escola Judiciária Eleitoral, com a presença de acadêmicos da Faci, no plenário", disse.

O novo membro da Corte ingressou na magistratura em 1996. Ele atuou como titular nas comarcas de Porto de Moz, Dom Eliseu, Baião, Itaituba, Marabá, Capanema e Santa Izabel. Em Marabá, foi o primeiro Juiz da Vara Agrária do Estado. Atualmente, ele é juiz de direito da 9ª Vara Criminal de Belém.

Ele também atua como professor associado nível 3 do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), e nos programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos, e em Segurança Pública (PPGSP), esse último do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA.



Tribunal Regional Eleitoral do Pará conta agora com o juiz Marcus Alan de Melo Gomes

DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



FOTO: DIVULGAÇÃO

**QUARTA-FEIRA**

ACUSADO DE MATAR MULHER
EM CURUÇÁ É PRESO EM BELÉM
PÁGINA 3

Diário do Pará

POLÍCIA**DEMOROU, MAS CAIU**

FORAGIDO DESDE 2010 É PRESO PELA POLÍCIA

ESTUPRO**Tiago Silva**

Foragido desde 2010, um homem acusado de ter cometido um crime de estupro, no município de Inhangapi, região do nordeste paraense, foi preso pela Polícia Civil, no município de Benevides, região metropolitana de Belém.

Durante a operação "Atria", realizada na manhã de terça-feira (12), a Polícia Civil de Inhangapi fez levantamentos de mandados de prisão pendentes de cum-

primento e descobriu que existia em aberto um mandado de prisão expedido pelo Poder Judiciário contra Raimundo Bentes Pantoja, acusado pelo crime de estupro, ocorrido em Inhangapi. Durante levantamentos, os policiais civis descobriram ainda que Raimundo estava morando em Benevides.

Foi feita diligência até o atual endereço do acusado, o qual foi localizado e preso. Raimundo Bentes Pantoja foi encaminhado para a Delegacia de Inhangapi, onde foi ouvido e depois transferido para o presídio da cidade de Castanhal.



Suspeito estava em Benevides quando foi localizado
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Fiança, medicamentos e exames psiquiátricos: o que a justiça decidiu sobre ex-PM que fez ameaças terroristas em Santarém

Em audiência de custódia, realizada na terça (12), o juiz Alexandre Rizzi arbitrou fiança de 10 salários mínimos devido a gravidade das ameaças e declarações do ex-PM.

Por **Dominique Cavaleiro**, g1 Santarém e região — PA

13/03/2024 08h53 · Atualizado há 2 horas



Adailton Bruschi foi preso na segunda (11) em Santarém — Foto: Redes Sociais

Foi realizada na terça (12) a audiência de custódia no Fórum de [Santarém](#), no oeste do Pará, para decidir o futuro [do ex-PM Adailton Ronald Sousa Bruschi preso após ameaçar agentes da segurança pública e fazer declarações terroristas nas redes sociais](#). A defesa pediu a liberdade provisória, sem fiança.

O juiz Alexandre Rizzi, Titular da 1ª Vara Criminal, arbitrou fiança de 10 salários mínimos devido a gravidade das ameaças feitas por Adailton Bruschi e pelas declarações de promessas de atos terroristas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Além disso, o juiz determinou que:

- A Casa Penal forneça os medicamentos que o ex-PM faz uso
- Acompanhamento e Exames Psiquiátricos de Adailton Bruschi

O que Adailton disse na audiência de custódia?

Ao ser entrevistado na audiência de custódia, Adailton contou que foi maltratado na prisão e que na cela teve o seu cinto tirado e a cabeça empurrada e que levou “cintadas”. O ex-PM revelou também que teria sido agredido por um advogado.

Adailton Bruschi também contou que a família vive em situação de miséria, e por esse motivo não tem condições de pagar a fiança. Disse ainda que utiliza maconha para relaxar e que sua ocupação é mototaxista e escritor.

Laudos médicos

Durante a audiência de custódia também foram apresentados laudos médicos sobre o estado mental de Adailton Bruschi. Os documentos foram apresentados pela mãe de Adailton, que também é curadora dele.

O **g1** teve acesso aos laudos que atestam que o ex-PM faz uso das seguintes medicações: carbonato de lítio; risperidona; clonazepam; cloridrato de amitriptilina. Em um dos laudos, o psiquiatra relata que Adailton Bruschi realiza tratamento no Caps II e já apresentou 4 episódios de surto psicótico e tentativas de suicídio.

Relembre

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Adailton quando atuava na Polícia Militar — Foto: Redes Sociais

Adailton Bruschi foi preso na segunda (11) depois de ter ido ao encontro de um PM que estava ameaçando. Além disso, o ex-PM utiliza as redes sociais para ameaçar de morte outros policiais e seus familiares, além de prometer atos terroristas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Capacitação debate ações de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil em Belém

A programação, que é direcionada aos conselheiros tutelares da capital e foi aberta aos demais parceiros que compõem a rede de proteção



O Liberal

12.03.24 16h47



O evento ocorreu no Fórum Cível de Belém (Divulgação)

Com o objetivo de oferecer capacitação e unir a rede de proteção contra a violência que atinge crianças e adolescentes, Belém recebe, até esta terça-feira (12), o seminário “Formar para Proteger - Faço parte da rede!”, no Fórum Cível de Belém, no bairro da Cidade Velha. A programação, direcionada aos conselheiros tutelares da capital, foi aberta aos demais parceiros que compõem a rede de proteção. O evento foi realizado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Belém, (Comdac) em parceria com a Fundação Papa João XIII (Funpapa).

A programação iniciou na última segunda-feira (11) com uma discussão sobre a violência contra a criança e ao adolescente dentro do contexto histórico-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

psicossocial. Ainda no mesmo dia, a capacitação seguiu abordando o tema “Como identificar a violência - conceito legal, elementos físicos e psicológicos”. A capacitação envolveu, além de membros da rede de proteção, representantes da Justiça e promotorias da Infância e Juventude, membros do governo municipal e outros.

Nesta terça-feira (12), a programação seguiu pela manhã, das 8h às 12h, tratando sobre a temática “Comunicação aos órgãos competentes, sem prejuízos de outras providências legais”. Já das 14h às 18h de terça, o encontro finalizou com o tema “Papel de cada um dos integrantes do SGDCA no processo de Escuta especializada. Lei 13431/2017 e Decreto 96303/2018, como construir o Fluxo de Atendimento”.

Muller Maia, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Belém (Comdac), disse que os conselheiros tutelares eleitos estão sendo inseridos na rede de proteção de forma técnica e com capacitação. “Nós que estamos em contato com a sociedade, com os casos de violência diretamente nos bairros, precisamos saber como agir. O trabalho não é individual, mas, sim, coletivo. É fundamental cada um que faz parte da rede dentro do Sistema de Garantias de Direitos, compreender qual o seu papel. Precisamos também trabalhar em Belém juntamente com os demais municípios da Região Metropolitana, de forma integrada”, pontua.

União

Juíza Rubilene Silva Rosário, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém, disse que a união da rede é indispensável para que se possa fazer um trabalho eficiente. “Para desenvolver esse trabalho eficiente, quem está dentro do processo tem que saber o que fazer, quando fazer, de que forma fazer. O que a gente observa às vezes que a garantia do direito da criança e adolescente não é dada, porque muitos que estão dentro desse processo não sabem o caminho das pedras”, afirma a magistrada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sobre a violência sexual de vulneráveis, a juíza observa que vivemos em uma sociedade patriarcal, onde a mulher, as meninas estão sob o poder e o domínio ainda é uma questão de gênero. “A Lei Maria da Penha e também o Estatuto da Criança do Adolescente vieram para nos educar. Uma das funções principais do ECA é a educação. Nós, atores do sistema de justiça, estamos aqui também para sermos educados. É necessário que haja uma educação, uma capacitação constante. Não é só o poder público que é responsável, a sociedade também”, analisa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br